



## Análise histórico-linguística das pesquisas brasileiras sobre a reescrita no contexto do ensino superior entre 1998 e 2018

A historical-linguistic analysis of Brazilian research on rewriting in the context of higher education between 1998 and 2018

 Joicyane Carolaine das Mercês Santos

 Silvana Silva

**Resumo:** Este trabalho visa analisar os aspectos linguísticos que circundam o processo da reescrita, desde 1998 até 2018, de alunos do nível superior através de artigos científicos que abordem a atividade de reescrita dos alunos imersos nesse contexto, a fim de suprir lacunas enunciativas relacionadas à refacção. Portanto, este trabalho baseou-se na teoria enunciativa de Émile Benveniste (1989) e sua perspectiva de que a linguagem confere ao indivíduo o status de sujeito. Baseou-se, também, nos estudos de Swiggers (2013) para que houvesse uma análise historiográfica fidedigna dos dados presentes nesse trabalho e, por fim, nos PCN's (1998) em que o ensino de produção textual foi normatizado, servindo de base para a escolha temporal aqui presente. As análises realizadas de forma descritiva apontaram mudanças significativas ao longo do período estudado, principalmente entre os anos de 2011 a 2013. Como resultado, a normatização exigida pelos PCN's trouxe avanços no processo da reescrita, a partir do momento que se inclui a visão do 'ou-

---

Joicyane Carolaine das Mercês Santos. Graduada em Letras; UFRGS; joicyanejccarolaine@gmail.com

Silvana Silva. Professora do Curso de Letras; UFRGS; sslvana2011@gmail.com;



tro' no processo e supre as lacunas presente na refacção.

**Palavras-chave:** Reescrita. Enunciação. Artigo Científico.

**Abstract:** This paper aims to analyze the linguistic aspects surrounding the rewriting process, from 1998 to 2018, of upper-level students through scientific articles that address the rewriting activity of students immersed in this context, in order to fill enunciative gaps related to rewriting. Therefore, this work was based on the enunciative theory of Émile Benveniste (1989) and his perspective that language gives the individual the status of subject. It was also based on the studies of Swiggers (2013) in order to have a reliable historiographical analysis of the data present in this work and, finally, on the PCN's (1998) in which the teaching of textual production was normatized, serving as a basis for the temporal choice present here. The analyses carried out descriptively pointed out significant changes throughout the period studied, especially between the years 2011 and 2013. As a result, the normatization required by the NCP's brought advances in the rewriting process, from the moment it includes the view of the 'other' in the process and suppresses the gaps present in the rewriting.

**Keywords:** Rewriting. Enunciation. Scientific article.

## Introdução

A produção textual sempre esteve presente na vida social, política e acadêmica do ser humano. “Os homens e as mulheres interagem pela linguagem tanto numa conversa informal, entre amigos, ou na redação de uma carta pessoal, quanto na produção de uma crônica, uma novela, um poema, um relatório profissional” (PCNs, 1998, p. 20). Esse fato deixa visível a necessidade de conhecer e saber escrever um bom texto conforme o gênero textual.



Percebe-se o quão imprescindível o aprendizado da escrita tornou-se para a interação social do indivíduo, entretanto, quando se refere a escrita e produção textual, tem-se uma taxa de incompreensão elevada, mesmo para alunos que fazem graduação. Os estudantes demonstram dificuldades para compor textos, seja pela falta de domínio da norma culta da língua e/ou pela privação do desenvolvimento criativo do aluno-autor. Essa insegurança tende a travar os estudantes, causando dificuldade no ensino-aprendizagem da produção de textos, exigindo do professor uma abordagem pedagógica diferenciada para que o desenvolvimento desse aluno não seja comprometido.

Dessa maneira, buscou-se compreender o funcionamento da língua portuguesa no processo da reescrita de alunos no contexto do ensino superior a fim de responder alguns questionamentos, como por exemplo: o que é reescrita e como é possível observar a subjetividade nessa atividade?

Em 1998, com a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, tem-se uma nova perspectiva sobre a atividade de reescrita. Isso porque os PCNs “apoiam-se em normas legais e procuram contribuir na busca de respostas a problemas identificados no ensino” (1998, p. 48). Esse documento tem como papel trazer nova regulamentação ao ensino da língua portuguesa desde a educação básica até a educação de nível superior, dando destaque para os processos de produção textual. Portanto, o objetivo desse estudo é o de analisar o impacto da regulamentação dos PCNs na efetiva implementação de uma de suas diretrizes principais – a consideração da subjetividade no processo de escrita/reescrita – nas práticas docentes que sucedem sua promulgação.



## O contexto histórico, o problema de pesquisa e a revisão sistêmica

Para que houvesse uma estrutura adequada aos objetivos deste artigo, precisou-se de uma revisão sistemática da literatura pautada nos problemas encontrados em relação à reescrita. Em 1998, com a ascendência dos Parâmetros Curriculares Nacionais, fez-se necessário pensar no texto além da mera estrutura, interagir com o texto de forma interdiscursiva e intertextual.

O embasamento desse estudo fundamentou-se em três principais pesquisas. A primeira diz respeito à normatização dos PCN's (1998), que delimita a data de partida dos artigos selecionados sobre a reescrita; a segunda refere-se aos estudos de Swiggers (2013), considerando a organização realizada pelo autor e sua estrutura metodológica utilizada para suceder as análises históricas e temporais. Isso porque este estudo é baseado em uma pesquisa histórica pautada nas características do ensino da produção textual no Brasil, entre os períodos de 1998 a 2018; a terceira diz respeito à Teoria da Enunciação de Émile Benveniste (1989) que mostra a possibilidade de analisar um texto, ou seja, uma enunciação escrita com base na (inter)subjetividade. A enunciação escrita, segundo Benveniste, possui dois planos que estão diretamente relacionados com quem enuncia e, também, possibilita aos indivíduos um lugar na enunciação graças ao ato de enunciar.

A problematização deste estudo se deu através de uma inquietação pedagógica em relação ao ensino e visão da reescrita, que gerou o questionamento norteador presente neste trabalho. Fez-



-se o levantamento de dados secundários com revisão sistemática da literatura em fontes eletrônicas fidedignas. Usou-se o seguinte critério de seleção para inclusão de artigos: pesquisas brasileiras que abordassem a reescrita em atividades de produção textual da língua portuguesa como língua materna e que fossem voltadas para alunos do ensino superior, entre os anos de 1998 a 2018.

### Historiografia da Linguística: como analisar os acontecimentos linguísticos na dimensão do tempo

Ver-se-á nesta seção como se estrutura um estudo historiográfico e quais suas implicações para esta pesquisa. Para isso, precisa-se de uma definição do que é historiografia, resultando em um trabalho de meta-historiografia. Segundo Swiggers (2013), a meta-historiografia é um estudo sobre os aspectos metodológicos e teóricos da historiografia, ou seja, ela precisa ‘construir’ modelos e linguagens historiográficas, precisa ‘criticar’ tipos de discursos historiográficos aliados a proposta de análise dos textos analisados e, por fim, precisa fazer uma reflexão sobre o objeto, o *status* da historiografia, justificando as formas de apresentação do que é um ‘fato’ linguístico para o historiador.

Em suma, pode-se definir história da linguística como um conjunto de acontecimentos cronológicos e geográficos, de descrição e tradição de pensamentos linguísticos, dado que, segundo Swiggers (2013), na história da linguística, há tradições ‘étnicas’, ‘geográficas’ e ‘culturais’ que envolvem áreas particulares do estudo da língua.

Como objetivo fundamental, o historiador visa “reconstruir o ideário linguístico e seu desenvolvimento através de análise de



textos situados em seu contexto” (SWIGGERS, 2017, p. 43). Tal procedimento permite que haja uma circunscrição do objeto e facilita a estruturação do estudo. E, assim, tem-se uma organização historiográfica dividida em duas partes. A primeira é a de montar um “organograma” com as ‘realidades linguísticas’ em um plano, e com a historiografia descritiva e interpretativa e a documentação bibliográfica e contextual em outro plano. A segunda direciona a organização do próprio trabalho historiográfico que, por se tratar de uma pesquisa feita com textos do passado e do presente, exige algumas fases de análise. Swiggers (2013) as divide em:

- a) Fase **heurística**: informa-se sobre fontes e suas disponibilidades.
- b) Fase **hermenêutica**: usa categorias interpretativas para montar a própria interpretação do objeto e verificar se há necessidade de comparação entre autores, modelos e conceitos.
- c) Fase **executiva**: demonstra resultados da investigação.

A historiografia, assim como qualquer outro tipo de investigação científica, fundamenta-se na escolha do tema dentro da área de investigação, de levantamento de dados sobre o objeto investigado e um bom plano de estudo. Além disso, é de suma importância trabalhar na historiografia da linguística conceitos e termos que possibilitem a organização e reflexão dos dados, contribuindo para a exposição dos resultados (SWIGGERS, 2013).

Sintetiza-se os principais conceitos da seguinte forma: pontos de entrelaces de ancoragem que seleciona os textos, autores, usuários e as instituições, redes, escolas, grupos que se firmará a pesquisa; linhas de desenvolvimento que aborda o rumo evoluti-



vo da pesquisa. Este por sua vez, exige maior atenção, pois será o pilar dos resultados deste estudo. Segundo Swiggers (2013, p. 47-48) os conceitos do rumo evolutivo são: “mudança, revolução, conversão, progressão, estagnação, regressão, conservação, perda, rejeição, recorrência, continuidade, descontinuidade, inovação e antecipação”. Esses conceitos serão responsáveis por fazer uma visualização precisa do que aconteceu com determinado aspecto linguístico no decorrer do tempo.

### Parâmetros Curriculares Nacionais como marco da revisão sistêmica: a questão da reescrita

Para que houvesse um referencial de educação com qualidade, fez-se necessário a criação de uma diretriz para docentes, chamado de Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Através dos PCN's, realizou a normatização em âmbito nacional do ensino básico, com orientações para que os professores buscassem desenvolver as capacidades físicas, cognitivas e emocionais de seus alunos.

Antes de sua promulgação, o papel do professor de língua portuguesa era somente trazer atividades que ensinassem ao educando as regras gramaticais por meio de frases isoladas, fazendo apenas análises sintáticas e morfológicas, sempre em direção a um de modelo metalinguagem, diríamos ‘parnasiano’ – a língua por ela mesma. Essa metodologia tradicional foi criticada pelos próprios Parâmetros Curriculares Nacionais, que diz ser nociva e pouco pedagógica “a excessiva valorização da gramática normativa e insistência nas regras de exceção, com o conseqüente preconceito contra as formas da oralidade e as variedades não-padrão” (PCNs, 1998, p. 18).



Objetivou-se, então, promover um ensino que inserisse o educando na sociedade, instrumentalizando-os para que participassem de todas as esferas sociais e suas exigências. À vista disso, segundo os PCN's (1998, p. 23),

Um dos aspectos da competência discursiva é o sujeito ser capaz de utilizar a língua de modo variado, para produzir diferentes efeitos de sentido e adequar o texto a diferentes situações de interlocução oral e escrita [...] nessa perspectiva, não é possível tomar como unidades básicas do processo de ensino as que decorrem de uma análise de estratos [...] a unidade básica de ensino só pode ser o texto. Os textos se organizam dentro de certas restrições de natureza temática, composicional e estilística, que os caracterizam como pertencentes a este ou aquele gênero. Desse modo, a noção de gênero, constitutiva do texto, precisa ser tomada como objeto de ensino (PCNs, 1998, p. 23).

Com a promulgação desse documento, tornou-se obrigatório pensar em um ensino que não se preocupasse apenas com as formas linguísticas em si desvinculadas das situações de enunciação. Ao contrário, foi possível aliar as formas linguísticas com suas condições de produção, e dos objetivos de seu produtor. Com isso, fez-se necessário uma correção textual mais profunda em que o professor desenvolve uma atitude crítica que possibilita ao aluno modificar seu texto várias vezes, para que alcance uma escrita clara e objetiva. Denominou-se esse processo de refacção (PCN's, 1998, p. 77). Dado esse breve panorama, voltaremos nossa atenção, no item a seguir, para o aporte teórico linguístico que, pensamos, pode nos ajudar a compreender o processo de refacção.





## A Teoria da Enunciação

Baseado nos estudos de Ferdinand de Saussure sobre o sistema de signos, Benveniste iniciou reflexões pautada no descobrimento do lugar da língua nesse sistema. Segundo Saussure, a língua é um sistema convencional de signos que advém do sistema natural ao ser humano, a linguagem. Seu funcionamento e leis permitem o entendimento de outros sistemas, como o da escrita. Segundo Saussure,

Para atribuir à língua o primeiro lugar no estudo da linguagem, pode-se, enfim, fazer valer o argumento de que a faculdade de articular palavras não se exerce senão com ajuda de instrumento criado e fornecido pela coletividade; não é, então, ilusório dizer que é a língua que faz a unidade da linguagem (SAUSSURE, 1972, p. 18).

As teorias evoluem e com elas seus conceitos fundantes, ainda mais se tratando de uma teoria como a enunciação cuja fundação pode ser tributada à compilação dos textos escritos por Benveniste ao longo de sua vida. Como a própria enunciação preconiza: nada é perene. Em decorrência desse fato, não há apenas um único conceito do termo discurso na obra de Benveniste e tal fato é definidor para o entendimento da teoria (FLORES; BARBISAN, 2012, p. 197).

Para Benveniste, o sistema de signos representa o “emprego das formas”, ou seja, é um conjunto de regras que fixa condições sintáticas presentes na descrição do mundo. Porém, o autor considera a língua um universo diferenciado das condições de em-



prego das formas. Por isso, ele acrescenta que é preciso entender o emprego da língua, que ele denomina de enunciação. Benveniste explica, “a enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (1989, p. 82). Isso quer dizer que a enunciação é o momento em que se fala, enquanto ainda está sendo enunciada, conforme referenciado nos estudos de Fiorin (2017, p. 971), em que aborda conteúdo da enunciação através de dados de dois estudos de Benveniste:

Benveniste distingue a língua de seu “exercício” (BENVENISTE, 1976, p. 288). Cada uma dessas instâncias tem diferentes estatutos de realidade: o exercício da linguagem não é simplesmente uma virtualidade, como é a língua. O que permite a passagem do virtual ao realizado é a enunciação, que é a “colocação em funcionamento da língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 1974, p. 80) e, portanto, é a instância de mediação entre a língua e o discurso (FIORIN, 2017, p. 971).

O linguista francês explica as operações que se realizam no ato da enunciação, que se define em relação à língua como um processo (FIORIN, 2017). A primeira é a mobilização da língua. Antes da enunciação, a língua é apenas uma possibilidade, é como o ato de dizer que ela é “efetuada” em uma instância de discurso (BENVENISTE, 1989). A segunda é a apropriação, em que “o ato individual pelo qual se utiliza a língua introduz primeiramente o locutor como parâmetro necessário nas condições de enunciação”; essa operação “introduz o que fala em sua fala” (BENVENISTE, 1989, p. 83).



Assim, pode-se observar a intersubjetividade descrita por Benveniste, ponto fundamental para o estudo da enunciação escrita. Conforme a definição de Flores et. al. (2009, p. 146), a intersubjetividade é a “inter-relação constitutiva da enunciação que pressupõe o eu e outro mutuamente implicados”. Em outras palavras, a relação intersubjetiva é a condição de existência do ‘eu-tu’, com base na afirmação de Benveniste que o sujeito está na e pela linguagem. Sem a linguagem, não seria possível identificar o outro, portanto é extremamente necessário que o ato de enunciar seja feito em sociedade. Sendo assim, o homem só se propõe como locutor quando existe um alocutário: essa dialeticidade é intrínseca à relação de subjetividade e pode se inverter conforme o sujeito que enuncia.

A partir do momento em que o professor permite que o aluno reescreva, ele passa a ser uma nova pessoa. Isso porque o aluno passa de um ‘eu’ (escritor) para um ‘eu’ (reescritor). Exatamente como explica Benveniste (1989, p. 84) “o ato individual de apropriação da língua introduz aquele que fala em sua fala”, ou seja, a presença de um locutor na enunciação produz automaticamente um alocutário. Esse processo faz parte da colocação em funcionamento dos índices de pessoa - a relação ‘eu-tu’ - móvel principal de sua teoria da linguagem. Eis a importância de o professor mediar esses momentos de inspiração e reflexão vivenciadas no processo de escrita e reescrita pelo aluno do ensino superior, pois, assim, o aluno aprende não só um conjunto de instrumentos linguístico-discursivos como principalmente a se colocar de uma nova forma em seu texto.



## Materiais e Métodos

O estudo foi fundamentado em uma revisão sistêmica da literatura, através da coleta de artigos nas bases de dados das plataformas CAPES, Google Acadêmico e SciELO. O critério de inclusão na pesquisa foi a presença da reescrita de alunos que se encontram no ensino de nível superior, catalogadas nos últimos vinte anos, a contar de 1998 a 2018. Além disso, verificou-se artigos que fizeram a associação entre produções textuais dos alunos cursando o ensino superior, visando medir o nível de influência vivenciada pelo autor no processo de (re) fazer e (re) dizer o texto quando se considera o ‘outro’ na escrita. A fim de moldar o conceito de reescrita, utilizou-se estudos que indicavam as mudanças exigidas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais de 1998.

A partir da coleta e dos parâmetros assinalados acima, observou-se ser necessário avaliar um total de 50 artigos para aplicar os critérios de inclusão e exclusão referentes a esta pesquisa. Tais critérios de inclusão/exclusão dizem respeito a: a) artigos publicados em língua portuguesa e aplicados em contexto de ensino de língua materna sobre produção textual; b) análise da reescrita de alunos no contexto de ensino superior; c) publicados nos anos de 1998 a 2018. Com base nesses critérios de exclusão, depuramos 22 artigos que, por fim, em conformidade com as necessidades deste estudo, fizeram parte de nosso estudo e são indicados no quadro 1.



Quadro 1. Catalogação dos artigos selecionados após o processo da revisão sistêmica

Nomenclatura	Ano	Autores	Título do Artigo
Artigo 1	1998	MENEGASSI	Da revisão à reescrita: operações e níveis linguísticos na construção do texto
Artigo 2	2000	MENEGASSI	Comentários de revisão na reescrita de textos: componentes básicos
Artigo 3	2002	MASSONI	Estratégias de interação no ensino do texto dissertativo
Artigo 4	2004	KÖCHE; PAVANI; BOFF	O processo de reescrita na disciplina de Língua Portuguesa Instrumental
Artigo 5	2004	CONCEIÇÃO	Correção de texto: um desafio para o professor de português
Artigo 6	2007	BRITO	A produção escrita no ensino superior
Artigo 7	2008	CÁLIS	A reescrita como correção: sobras, ausências e inadequações na visão de formandos em Letras
Artigo 8	2011	CONCEIÇÃO	Reescrita textual: um estudo das operações linguísticas em textos de professores em formação
Artigo 9	2011	DINIZ	Um estudo sobre a correção de textos: diário de leitura
Artigo 10	2012	MARTINS; ARAÚJO	Movimentos de revisão do leitor no processo de escritura acadêmica



Artigo 11	2013	ÂNGELO	O papel da reescrita de textos no ambiente universitário – Uma mediação por meio de novas tecnologias
Artigo 12	2013	ZANUTTO; OLIVEIRA	A produção escrita no ensino superior: interação e gêneros do discurso acadêmico
Artigo 13	2013	SEGRAN- FREDO	Escrita e Reescrita de textos de estudantes universitários: narrativa e subjetividade
Artigo 14	2013	VILELA	As técnicas mais individualizadas de correção e sua eficiência na reescrita de textos acadêmicos.
Artigo 15	2014	FERREIRA; ARAÚJO	O (não) funcionamento da reescrita em textos produzidos por licenciandos em letras
Artigo 16	2014	BERNARDI- NO et al.	Escrita e reescrita de textos acadêmicos – reflexão sobre os apontamentos de correção de professor
Artigo 17	2014	GONÇALVES; PINHO	Correção textual em ambiente hipermediático
Artigo 18	2014	SILVA; GON- ÇALVES	A (re) escrita na formação docente: ações e intervenções com o uso de mídia digital
Artigo 19	2014	SILVA; DOS SANTOS; MENDES	Investigação científica na docência universitária: reescrita como uma atividade sustentável na licenciatura



Artigo 20	2015	ANDRADE; RIBEIRO	A reescrita de textos como prática de produção textual universitária: a experiência de LPT na UnB
Artigo 21	2016	CONCEIÇÃO	Ensino da escrita: teoria e prática aplicadas à análise dialógica do discurso, à correção e à reescrita textual
Artigo 22	2018	JUCHUM	Reescrita de textos no contexto acadêmico: uma concepção dialógica da linguagem

Fonte: elaboração das autoras

## Resultados e Discussões

A definição de reescrita é algo que vem sendo moldada ao longo dos anos. Graças a esse fato, tem-se a possibilidade de analisar historicamente o que aconteceu, acontece e o que falta acontecer com a reescrita. Portanto, far-se-á nesse momento, um direcionamento para as mudanças ocorridas nos anos que são foco desta pesquisa. Ressalta-se que nem todos os anos entre o período estudando têm artigos que versem sobre a reescrita, deixando uma lacuna temporal no que diz respeito ao avanço da reescrita. Entretanto, separamos o estudo em períodos para agilizar a descrição dos dados.

Notou-se que, durante o primeiro período, entre os anos de 1998 até 2002, correspondente aos artigos 1 a 3, a reescrita era vista como um momento de revisão e reconstrução do texto. O olhar para o texto era realizado no sentido de ‘higienização’, de reestruturação das frases e de solução de possíveis problemas de



escrita e de organização. Nesse período, é fácil deduzir que professores e alunos estavam preocupados com a forma do texto.

Todavia, essa definição vai se expandindo e deixando de lado algumas concepções. A partir de 2004, tem-se um acréscimo notável no que diz respeito à produção textual e o processo de reescrita. Passa-se a olhar para o texto como uma ferramenta que possibilita trabalhar dimensões interdiscursivas e intertextuais. Dessa forma, essa estratégia permite ao escritor refletir sobre a linguagem de sua primeira produção, para ponderar as funções interlocutivas presentes ou não no texto, para que possa haver uma nova versão que supra as faltas do primeiro texto. Isso porque, parafraseando os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998), o texto nunca está totalmente acabado, é um processo que requer uma profunda reestruturação textual que garanta a execução de diversas atividades entre a primeira e a definitiva versão.

Sendo assim, a definição de reescrita passa a ser não somente revisar a estrutura como no primeiro período, mas também um momento de refletir, ampliar, explicar e analisar os recursos linguísticos e interlocutivos associados ao texto. Esse progresso permite ao aluno um espaço para descobrir seu estilo e trabalhar sua autoria. Esse segundo período perdura até o ano de 2013, com lacunas de artigos entre 2004 a 2007 e 2008 a 2011, equivalentes aos artigos de 4 a 14 do quadro 1. Nesse segundo período, há uma continuidade na progressão da definição de reescrita. Além do que foi mencionando no parágrafo anterior, o processo de reescrever passou a ser pensado com base no 'outro', isto é, a primeira versão do texto tem um sujeito autor (o aluno) que, ao começar o processo de adequação do texto, recebe informações de um outro sujeito (o professor) e passa a ser um novo texto,





diferente da primeira versão, e dotado de informações alheias ao primeiro sujeito, o aluno-autor.

A seguir, tem-se o terceiro período de nossa análise (2014-2018), registros observados nos artigos de 15 a 22 do quadro 1, com lacuna de pesquisa sobre a reescrita apenas no ano de 2017. Nesse período, observamos que os artigos colocam o sujeito (professor) em relação direta com o sujeito (aluno) para que haja uma troca interlocutiva entre eles, na enunciação, vista como a relação 'eu-tu' descritos por Benveniste. Com essa progressão, é possível contribuir para a formação de alunos mais conscientes sobre suas dificuldades e prepará-los para elaboração de textos mais coerentes. Percebe-se cada período através da ilustração na figura 1.

Figura 1. A evolução das definições de reescrita entre os anos de 1998 a 2018 no Ensino Superior no Brasil



Fonte: elaboração das autoras



Percebe-se que muitos professores tinham dificuldades em trabalhar a questão da reescrita nos primeiros anos de promulgação dos PCN's, pois a definição de reescrita era algo limitada ao entendimento estrutural e gramatical do texto, processo este finalizado pelo aluno a partir do momento que recebia uma “nota” do professor em sua produção, e isso o fazia deixar de aprofundar-se nas correções ou refacção do texto. Conforme Menegassi (2000, p. 85), “[...] o professor deve colocar-se na posição de leitor-avaliador e não na de simples juiz e avaliador [...]”. Através disso, “ele demonstra ao aluno a importância da avaliação do texto e a necessidade de revisão e reescrita da produção que está sendo feita”. Desde então, questionou-se a necessidade de inserir a revisão através do processo de reescrita como parte fundamental na produção textual. Para que não haja falha na comunicação entre orientador e orientado.

Como bem mencionado pelo autor, tal atitude não correspondia as exigências dos PCN's quanto ao ensino da língua portuguesa. Isso poderia prejudicar o desenvolvimento intelectual do aluno, que era incentivado a trabalhar a reescrita de forma superficial e inadequada, visto que o professor avaliava apenas a última produção do aluno ao invés de acompanhá-lo na trajetória da reescrita, deixando-o, desse modo, à deriva de seu próprio aprendizado. Nesse sentido, Menegassi (1998, p. 66-67) mostra que

através da análise de composições de 72 estudantes universitários, perceberam que o aluno deseja receber comentários sobre a produção realizada, obrigando o professor a fornecê-los. Essa obrigação não deveria acontecer, na realidade. Ela deveria simplesmente existir por força da presença do papel do professor na construção do texto do



aluno, em sala de aula, no momento de avaliar e oferecer sugestões.

Dessa forma, pode-se dizer que o professor não levava em conta que suas correções e orientações são pilares para a atividade de refacção do texto. Ainda acrescenta que

há maior crescimento dos alunos e, conseqüentemente, do texto, quando os comentários enfocam os aspectos do conteúdo e da forma, concomitantemente, quando oferecem subsídios para reflexão sobre a estruturação das idéias e sobre a estrutura lingüística apresentadas nos textos (MENEGASSI, 1998, p. 67).

Felizmente, observou-se uma evolução no conceito de reescrita, conforme demonstrado nos estudos de Köche, Pavani e Boff (2004, p. 144) “O texto é o resultado de um processo de interação do autor com a linguagem. Todas as escolhas são determinadas pelo tipo de texto e pelo interlocutor”. A escrita tornou-se parte fundamental no processo interlocutivo e, assim, passa a exercer o papel de material privilegiado para a comunicação entre as pessoas.

a linguagem já não é vista apenas como um instrumento para organizar o pensamento nem apenas como um meio de comunicação. Ela é reconhecida como uma forma de ação, um processo de estabelecer vínculos, de criar compromissos entre interlocutores (KÖCHE; PAVANI; BOFF, 2004, p. 144).

É a partir da interação com o interlocutor que o produtor de um texto o reelabora: por consequência, a reescrita passou a ter



um período de análise mais aprofundado, em que proporcionava ao aluno um momento de reflexão sobre a linguagem. Graças a esse processo de interação do autor do texto com a linguagem, era possível dar autonomia ao aluno. Em um processo de interação oral, o interlocutor colabora para a construção do discurso. Na escrita, esse processo depende da capacidade do autor em se colocar como leitor para entender que seu texto tem as informações necessárias para ser entendido por si só. Conforme afirma Köche, Pavani e Boff (2004, p. 144-145), “na escritura, ao contrário, o redator está sozinho, e a explicitação do sentido fica a seu cargo, atuando também como leitor”. E assim tem-se um aluno capaz de reescrever de maneira mais eficaz.

Em outras palavras, Brito (2007) explana que o ato de reescritura de textos reside no fato de provocar um diálogo do sujeito-autor com o seu produto-criado. Esse diálogo possibilita a interação com o seu próprio texto, visando operar modificações na própria produção que vão além da normatividade gramatical.

Sabemos que a construção do conhecimento necessário à produção do texto na modalidade escrita da linguagem é um processo de exigências consideráveis para o aprendiz da língua. No entanto, acreditamos que a possibilidade de interação com o outro propicia momentos privilegiados de reflexão e interlocução (BRITO, 2007, p. 3).

Em contrapartida, percebem-se faltas concernentes às atividades de reescrita. Ferreira e Araújo (2014) elencam fatores para o não funcionamento da reescrita, uma delas diz respeito à falta de maturidade do sujeito autor e os aspectos de correção mal sinalizadas.



Subtendem-se na manutenção, desse modo, dois fatores contribuintes para o não funcionamento da reescrita: a falta de maturidade e engajamento do sujeito escritor, como já pontuamos, e a correção, aspecto sinalizado no decorrer desta análise, no qual não nos detemos sistematicamente (FERREIRA; ARAÚJO, 2014, p. 213).

As correções dos textos são parte importante a serem analisadas, posto que os alunos costumam interessar-se mais em receber uma nota do que produzir um texto com sentido real. Desse modo, pensou-se em incluir um detalhe importante na reescrita – pensar em pôr tanto no processo quanto no resultado final do texto a visão do ‘outro’. De acordo com estudos de Conceição (2016, p. 131),

Do ponto de vista didático, a correção deve ser entendida como um espaço dialógico (responsivo) entre professor-leitor, texto e escrevente em que aquele tem o firme propósito de orientar a descoberta dos pontos frágeis e dos fortes da interlocução proposta para que o aluno sinta-se motivado e orientado a realizar a consequente reescrita.

Graças a essa inclusão do ‘outro’, pôde-se observar que os professores começaram a interagir mais com os textos dos alunos, e os alunos começaram a entender as orientações dos professores. Essa mudança pedagógica fez com que eles refletissem sobre as necessidades do texto, permitindo uma versão escrita que tivesse dois sujeitos autores envolvidos, um sujeito que orienta e o outro sujeito que é orientado, construindo assim, uma forma de texto equivalente aos dois sujeitos. Demonstrou Juchem (2018) que a utilização da subjetividade pôde contribuir para que estudantes



negociassem com o professor os mecanismos envolvidos na escrita. A autora ressalta que

as conversas para os estudantes refletirem sobre o seu texto – são um recurso potencial para engajar os estudantes nas práticas de escrita acadêmica. A utilização desse recurso pode contribuir para que os estudantes negociem com o professor os elementos envolvidos na escrita, evidenciando as relações de ideologia e de poder que perpassam a produção textual na universidade (JUCHEM, 2018, p. 515).

Para corroborar essa discussão, é visível que ao longo dos anos a reescrita evoluiu: esse processo permitiu formar alunos capazes de produzir, refletir, refazer suas próprias produções de maneira livre. Sendo assim, não há perda da autoria de quem escreve por trazer o ‘outro’ para seu texto, ao contrário, há um diálogo entre aluno-professor que resulta em um texto eficiente; por isso, há melhores resultados no processo de refacção.

### Considerações finais

Ao analisar histórico-linguisticamente as bases enunciativas envolvidas no processo de reescrita, pode-se fornecer a visibilidade necessária quanto ao funcionamento dela. Através dos estudos de Swiggers (2013), pode-se reconstruir e analisar o desenvolvimento dos acontecimentos, das práticas e dos posicionamentos institucionais e culturais acerca das ideias sobre a reescrita.

A respeito da metodologia deste estudo, a pesquisa historiográfica foi, de antemão, a mais adequada, pois ela buscou visibilizar detalhes de artigos, trabalhos considerados menos icônicos



do que dicionários, biografias e gramáticas, pilares para grandes estudos da história das ideias linguísticas. Através dela, pôde-se discorrer sobre os fatos históricos das línguas com estudo de textos selecionados e situados em seu contexto, neste caso, voltado para a reescrita. “A história da linguística se pode definir como o conjunto cronológico e geográfico dos acontecimentos, dos fatos, dos processos de conceptualização e de descrição, e dos produtos que moldaram a tradição do pensamento e da práxis linguísticos” (SWIGGERS, 2013, p. 42).

Há também a história das ideias da linguística que, por sua vez, tem como função principal relatar dados históricos relacionados a linguística, como uma ‘petrificação’ dos fatos para torná-los conhecidos futuramente. Segundo Silva (2018), quem seguir por esse caminho deve criar condições para uma reflexão epistemológica sobre as ciências da linguagem. Não se tratando de historiografia, Machado (2010) afirma que a história das ideias linguísticas trabalha com a ideia sobre a língua antes do surgimento da linguística moderna e deve ser feita por especialistas da área da linguagem. Essa diferença teórica explica a escolha da historiografia para a análise desta pesquisa.

Não obstante, os Parâmetros Curriculares Nacionais integraram-se como parte fundamental para delimitar o período estudado nessa pesquisa (que inicia em 1998 e encerra-se em 2018), pois, a partir dele, normatizou-se o ensino da língua portuguesa e mostrou as faltas e necessidades referentes a essa questão. Desde então, normativizou-se que o texto deveria ser pensado a partir da intersubjetividade, ou seja, incluindo a visão do ‘outro’ na produção textual. Por esse motivo, empregar a teoria da enunciação de Émile Benveniste (1989) foi de extrema importância para dar visi-



bilidade ao processo histórico de contínua e evolutiva inclusão da intersubjetividade na prática docente, como observamos na análise dos artigos. Segundo os PCN's (1998, p. 47), é fundamental, no processo de interlocução, que o aluno, mediado por um professor, entenda e considere a realidade que a palavra do outro assume. Desse modo, afirmou-se que a definição da reescrita permitiu equilibrar e redescobrir – e principalmente observar a implementação de práticas docentes que privilegiem formas de interlocução em um texto. A presente pesquisa se encaminha, a partir de agora, para a análise historiográfica de outro espaço educacional – o Ensino Médio – onde, hipotetizamos, o processo histórico de implementação do PCNs tenha sido mais rápido.

## Referências

ANDRADE, M. S; RIBEIRO, C. O. M. *A reescrita de textos como prática de produção textual universitária: a experiência de LPT na UnB*. Revista intercâmbio dos congressos de humanidades, Brasília, n. 5, p. 675-691, 2015.

ÂNGELO, M. F. *O papel da reescrita de textos no ambiente universitário: uma mediação por meio de novas tecnologias*. TCC. Graduação em Letras-Português: Universidade de Brasília, p. 19, 2013.

BENVENISTE, E. *Problemas de linguística geral I e II*. Campinas, SP: Pontes. 1978-1989.

BERNARDINO, R. A. S; et al. *Escrita e reescrita de textos acadêmicos: reflexão sobre os apontamentos de correção do professor*. Diálogo das Letras, Pau dos Ferros. v. 3, n. 2, p. 39-58, 2014.





BRASIL. S. E. F. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos de ensino fundamental: língua portuguesa*. Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF. p. 106, 1998.

BRITO, A. R. *A produção escrita no ensino superior*. UFPA. p. 65-59, 2007.

CÁLIS, O. G. T. *A reescrita como correção: sobras, ausências e inadequações na visão de formandos em Letras*. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, p. 201, 2008.

CONCEIÇÃO, R. I. S. *Correção de texto: um desafio para o professor de português*. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, Campinas, v. 43, n. 2, p. 323-344, 2004.

CONCEIÇÃO, R. I. S. *Ensino da escrita: teoria e prática aplicadas à análise dialógica do discurso, à correção e à reescrita textual*. GONÇALVES, AV; BUIN, E.; CONCEIÇÃO, R.I.S *Ensino de Língua Portuguesa para a contemporaneidade: escrita, leitura e formação de professores*. Campinas, SP: Pontes Editores, p. 113-170, 2016.

CONCEIÇÃO, R. I. S. *Reescrita textual: um estudo das operações linguísticas em textos de professores em formação*. *Linguagem e Ensino*, Pelotas, v. 14, n. 1, p. 115-143, 2011.

DINIZ, I. C. *Um estudo sobre a correção de texto: Diário de Leitura*. *Revista de Letras*, v. 4, n. 1, 2011, p. 39-55, 2011.

FERREIRA, E. C. A; ARAÚJO, D. L. *O (não) funcionamento da reescrita em textos produzidos por licenciandos em letras*. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 53, n. 1, p. 201-224, 2014.

FIORIN, J. L. *Uma teoria da enunciação: Benveniste e Greimas*. Graoatá (UFF). Niterói, v. 22, N. 44, set-dez, p. 970-975, 2017.

FLORES, V. N. et al. *Dicionário de Linguística da Enunciação*. 1ª edição. São Paulo: Contexto, p. 288, 2009.



FLORES, V. N; BARBISAN, M. L. *Sobre Saussure, Benveniste e outras histórias da linguística*. In: NORMAND, C. p. 7-22; NORMAND, C. (2009) “Convite à linguística”. Org. de Valdir do Nascimento Flores e Leci Borges Barbisan. Trad. de Cristina de Campos Velho Birck et al. São Paulo: Contexto, p. 204, 2012.

GONÇALVES, A. V; PINHO, A. M. *Correção Textual em Ambiente Hipermidiático*. Encontro de Ensino Pesquisa e Extensão. Edição 8°. p. 1-20, 2014.

JUCHEM, M. *Reescrita de textos no contexto acadêmico: uma concepção dialógica da linguagem*. In: Actas do XIII Congresso Internacional de Linguística Geral. Universidade de Vigo. p. 510-516, 2018.

KÖCHE, V. S; PAVANI, C. F; BOFF, O. M. B. *O processo de reescrita na disciplina de Língua Portuguesa Instrumental*. *Linguagem & Ensino*, v. 7, n. 2, p. 141-164, 2004.

MACHADO, I. L. *Da Utilidade e Dos Inconvenientes Do Método Para a História Das Idéias Linguísticas*. Anais do SETA, n. 4, p. 488-499, 2010.

MARTINS, C. S. M; ARAÚJO, N. M. S. *13 Movimentos de revisão do leitor no processo de escritura acadêmica*. Veredas-Revista de Estudos Linguísticos, v. 16, n. 2, p. 203-219, 2012.

MASSONI, M. I. O. *Estratégias de interação no ensino do texto dissertativo*. ALFA: Revista de Linguística, v. 46, p. 19-38, 2002.

MENEGASSI, R. J. *Comentários de revisão na reescrita de textos: componentes básicos*. Trabalhos em Linguística Aplicada. Campinas. v. 35, p. 83-93, 2000.

MENEGASSI, R. J. *Da revisão a reescrita: operações lingüísticas sugeridas e atendidas na construção do texto*. 1998. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista, São Paulo. *Mimesis*, Bauru, v. 22, n. 1, p. 49-68, 1998.

SAUSSURE, F. (1972). *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 1972.



SEGANFREDO, E. *Escrita e reescrita de textos de estudantes universitários: narrativa e subjetividade*. Orientador: Prof. Dr. Paulo Coimbra Guedes. p. 153, 2013. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) - Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

SILVA, A. J. *História das ideias linguísticas: história, ideias e caminhos*. VERBUM. CADERNOS DE PÓS-GRADUAÇÃO, v. 7, n. 1, p. 23-39, 2018.

SILVA, K. F; GONÇALVES, A. V. *A (re) escrita na formação docente: ações e intervenções com o uso de mídia digital*. Raído, Dourados, MS, v. 8, n. 16, p. 95-124, 2014.

SILVA, W. R; SANTOS, J. S; MENDES, A. S. *Investigação científica na docência universitária: reescrita como uma atividade sustentável na licenciatura*. Raído, v. 8, n. 15, p. 71-93, 2014.

SWIGGERS, P. *A historiografia da linguística: objeto, objetivos, organização*. Confluência. Revista do Instituto de Língua Portuguesa, v. 44, p. 39-59, 2013.

VILELA, P. P. *As técnicas mais individualizadas de correção e sua eficiência na reescrita de textos acadêmicos*. Graduação em Letras. Universidade de Brasília. p. 30, 2013.

ZANUTTO, F; OLIVEIRA, N. A. *A produção escrita no ensino superior: interação e gêneros do discurso acadêmico*. Grupo de pesquisa: interação e escrita no ensino e aprendizagem (UEM/CNPq). Universidade Estadual de Maringá, p. 11, 2013.

Recebido em: 10/02/2022

Aceito em: 20/04/2022